



AJUSTE DIRETO

**Prestação de Serviços de Consultadoria para Elaboração do Plano
Municipal de Igualdade e Não Discriminação**

***CONVITE À APRESENTAÇÃO
DE PROPOSTA***



Convida-se V. Ex.^a a apresentar proposta para a prestação de serviços de consultadoria para Elaboração do Plano Municipal de Igualdade e Não Discriminação (Ajuste Direto).

1 – Identificação do Objeto do Concurso:

O presente concurso tem por objeto a Prestação de Serviços de Consultadoria para Elaboração do Plano Municipal de Igualdade e Não Discriminação São Brás de Alportel.

2 – Identificação da Entidade Adjudicante:

A entidade adjudicante é o Município de São Brás de Alportel, sita na Rua Gago Coutinho nº 1, Apartado 52, com os números de telefone: 289840000 e de fax: 289842455 .

3 – Órgão Contraente:

A decisão de contratar foi tomada pelo Presidente do Município de São Brás de Alportel, o qual é competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar.

4. Apreciação de proposta

a) Nos termos do artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos, sempre que seja apresentada uma única proposta, compete aos serviços da entidade adjudicante pedir esclarecimentos sobre a mesma e submeter o projeto de decisão de adjudicação, ao órgão competente para a decisão de contratar, não existindo lugar às fases de audiência prévia, nem à elaboração dos relatórios preliminar e final.

b) Propõe-se ainda que, sejam os serviços da entidade adjudicante a prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.

5 – Tipo de Procedimentos:

Ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, propõe-se a realização de um procedimento de Ajuste Direto, uma vez que o valor do contrato é inferior a € 20.000,00 (vinte mil euros).

6 – Prazo e Modo de Apresentação das Propostas:

a) As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentados até às 17:00 horas do dia 17 de março de 2021, na plataforma eletrónica da entidade adjudicante cujo acesso é <https://www.acingov.pt>



- b) Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- c) Quando a proposta seja apresentada por agrupamento deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes. No caso de fazerem parte do agrupamento pessoas coletivas deve juntar cópia das respetivas Certidões de Inscrição no Registo Comercial;
- d) Os documentos que constituem a proposta devem ser assinadas eletronicamente, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, conforme disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto;
- e) Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente apresentar um documento eletrónico ofício indicando o poder de representação e a assinatura do assinante;
- f) Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigida na língua portuguesa.

7 – Propostas com variantes

Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.

8 – Documentos que acompanham a proposta

Declaração sob compromisso de honra, de que preenche os requisitos de idoneidade, exigidos e não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2018, de 31 de agosto (Anexo I ao Caderno de Encargos).

9 – Elementos a indicarem obrigatoriamente nas Propostas

- Preço unitário por fase, a acrescer o IVA à taxa legal em vigor;
- Preço total, a acrescer o IVA à taxa legal em vigor;
- Prazo de execução do plano;
- Condições de pagamentos, que devem ser a 60 dias.

10 – Outros elementos a indicarem nas propostas:

Referência a aspetos que, do ponto de vista do concorrente, sejam pertinentes e que *contribuam para a boa compreensão da proposta relativa aos bens que se propõe fornecer.*



11 – Esclarecimentos e Retificações das peças do concurso:

Os esclarecimentos e retificações necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento serão solicitados e prestados de acordo com o estipulado no artigo 50.º do C.C.P.

12 – Fase de Negociação:

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

13 – Prazo da Obrigação de Manutenção da Proposta:

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, conforme disposto no artigo 65.º do C.C.P.

14 – Critério de Adjudicação:

O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante na modalidade da avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

15 – Prestação de Caução:

O valor previsto para o preço contratual é inferior ao limite referido no n.º 2 do artigo 88 do C.C.P., pelo que não será exigida caução. Contudo deverá ser tomado em consideração o estipulado no n.º 3 do referido artigo e no caderno de encargos.

16 – Documentos de Habilitação:

Os documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário, serão os seguintes:

- a) Declaração do anexo II, ao presente Caderno de Encargos, do qual faz parte integrante;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, designadamente os seguintes documentos:

i) Registo Criminal (no caso de se tratar de pessoas coletivas, dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas) que comprove que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e i) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

ii) Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.



iii) Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

c) Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

17 – Preço Base:

O preço base do fornecimento é de € 16.250,00 (dezasseis mil duzentos e cinquenta euros) não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado (prevendo-se o início do procedimento após adjudicação e o seu termino no final do mês de setembro de 2022).

18 – Exclusão de Propostas

Serão excluídas as propostas que:

- a) Não cumpram o prazo estabelecido no ponto 6 do presente Convite;
- b) Não sejam acompanhadas dos documentos e menções referidas nos pontos 8 e 9 do presente Convite, respetivamente;
- c) Não observem as formalidades do modo de apresentação das candidaturas;
- d) Apresentem preço contratual superior ao preço base;
- e) Sejam constituídas por documentos falsos ou nos quais os candidatos prestem culposamente falsas declarações.

19 – Legislação Aplicável:

Em tudo o omissso no presente convite será aplicado o disposto no Código dos Contratos Públicos, e restante legislação em vigor.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Câmara Municipal



(Vitor Manuel Martins Guerreiro)